Ata nº 14 – 21/06/2021 - 10ª Ordinária

Ata da décima reunião ordinária da Câmara Municipal de Pains, da primeira sessão legislativa da décima nona Legislatura, realizada aos vinte e um dias do mês de junho de 2021. Ás dezenove horas, reuniu-se o Legislativo Municipal em sua sede. Primeiramente foi feita a chamada que constatou a ausência do Vereador Murilo Ferreira Rodrigues, apenas. O mesmo havia se justificado antecipadamente junto à Presidente. Havendo quórum regimental, a Sra. Presidente declarou em nome de Deus aberta a sessão e solicitou a leitura da ata de número 13. Após deliberações a ata foi aprovada por sete votos a zero. Seguindo, a Presidente solicitou a leitura de correspondências: O Ofício nº 80/2021 da Consultora do Projeto SanBas – UFMG/FUNASA solicitando nome de representante para formação de Comitê de Coordenação da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pains; Ofício nº 01/2021 que solicita informações acerca da tramitação do Projeto de Iniciativa Popular 1679; Ofício nº 11/2021 que requer indicação de membros para compor Comissão Especial para adequação do Plano Decenal de Educação. Na sequência, a Presidente solicitou a leitura e encaminhamento para as Comissões do Projeto de Lei 1694, que dispõe sobre autorização para concessão de subvenção, no exercício de 2021, às entidades: São Vicente de Paula; Fundação Painense da Criança do Adolescente e do Idoso; e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Passando à discussão e votação de proposições, foi apresentado para segunda votação o Projeto de Lei 1690 que altera a lei de criação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, aprovado por sete votos a zero. Também em segunda discussão, o Projeto de Lei 1691 que objetiva o aumento do percentual de limite para abertura de créditos suplementares no orçamento vigente, aprovado por seis votos a favor e uma rejeição. O vereador Robson foi contra o Projeto. Seguindo, foi apresentado o Projeto de Lei 1692 a respeito de alteração na 1001/2006, lei de criação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), este projeto foi aprovado em segunda discussão, por sete votos a zero. Foi apresentado na sequência, o Projeto de Lei Complementar 158, que altera a Lei Complementar 72/2017, no que se refere ao cargo de Assessor de Obras, aprovado em segunda discussão por sete votos a zero. Foi apresentado para votação o Requerimento de nº 13, visando a tramitação em regime de urgência simples para o Projeto de Lei 1693, que autoriza contratação de operações de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Após deliberações o Requerimento de nº 13 foi aprovado por sete votos a zero. Também foi apresentado o Requerimento de Número 14 visando à tramitação em regime de urgência especial para o Projeto de Lei 1694 – que trata de concessão de subvenção às entidades mencionadas. O requerimento 14 foi aprovado por sete votos a zero. Tendo os referidos projetos passarem a tramitar em regime de urgência, mediante aprovação dos requerimentos 13

e 14, a Sra. Presidente, procedeu o levantamento da sessão, nos termos do §2º do artigo 130 do Regimento Interno desta Casa afim de que as Comissões pronunciassem seus pareceres. Manifestaram-se favoráveis quanto à tramitação de ambos os projetos, 1693 e 1694, os Presidentes das Comissões de Legislação Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento. Na ausência do Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos, Murilo, manifestou a palavra o vereador Robson Cambraia membro da Comissão, que também foi favorável quanto à tramitação. A Presidente solicitou também a leitura dos Pareceres Jurídicos, os quais não apontaram ilegalidade ou inconstitucionalidade. Passando à votação em única discussão, foram apresentados os Projetos de Lei 1693 e 1694. Ambos foram aprovados por sete votos a zero. Também foi apresentado ao Plenário o Requerimento 15, do vereador Paulo Sérgio de Morais, que requisita à Presidência o agendamento de reunião para discussão da falta de emissão de carteiras de identidade no município. Após debates o requerimento 15 foi aprovado por sete votos a zero. Também foi apresentada a Indicação 51, solicitando do Executivo a manutenção de estrada na saída para Calciolândia, aprovada na sequencia por sete votos a zero. Ao final, foi discutido a respeito das indicações de membros de Conselhos, para formação de Comitê de Coordenação da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pains e indicação para compor Comissão Especial para adequação do Plano Decenal de Educação, que se referem os Ofícios 80/2021 e o de nº 11/2021, respectivamente. A respeito do Projeto referente ao Plano de Saneamento Básico, o vereador Robson explanou sobre ser importante que todos os vereadores participem e contribuam, uma vez que não há limite de representantes para composição do mesmo. Todavia, para a composição da Câmara Técnica que trata o Projeto de saneamento, sendo necessária a indicação de um representante, foi indicado o vereador Paulo de Tarso Faria. Já a representação na Comissão Especial para adequação do Plano Decenal da Educação foi definida da seguinte forma: Titular: Leonardo de Oliveira Lara e Suplente: Robson Soares Cambraia. Logo após, a Presidente convidou ao Plenário familiares de José dos Reis Camargo e Ivone Pessoa Camargo, afim de receberem as Moções do Vereador Weulis, manifestando pesar pelo falecimento de ambos e mensagem de reconhecimento pelo serviço prestado pelo Sr. José dos Reis Camargo no município. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata que após ser lida e aprovada, vai assinada pelos vereadores presentes nela e naquela reunião na qual ela for votada.

Leonardo O Lara

Murilo Ferreira Rodrigues

Cáthya Guimária Goulart
Presidente

Paulo Sérgio de Morais
Vice-Presidente

Leonardo de Oliveira Lara
1º Secretário

Paulo de Tarso Faria
2º Secretário

Geraldo Eder da Silva
Vereador

Murilo Ferreira Rodrigues
Vereador

Robson Soares Cambraia
Vereador

Rosimar Machado
Vereador

Weulis Francisco dos Santos
Vereador